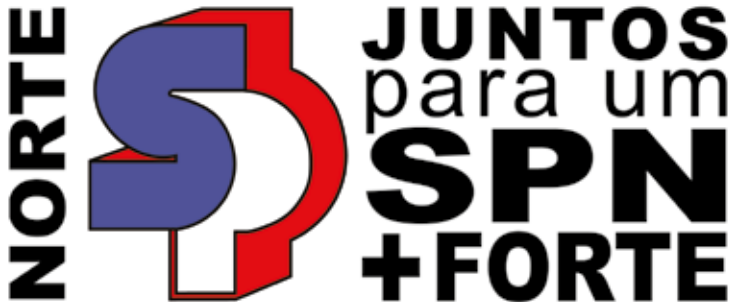


SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE

ELEIÇÕES dos CORPOS GERENTES

Triênio 2017/2020



Princípios programáticos

A IMPORTÂNCIA DA UNIDADE

Os dois principais alicerces de um sindicalismo progressista são, sem dúvida, a solidariedade e a unidade.

Os sindicatos são, por excelência, espaços de solidariedade, de convergência de vontades, de preocupação com o bem comum, privilegiando o coletivo e a vontade de transformar positivamente a sociedade.

Porém, a consecução destes nobres desígnios será bastante mais exequível se assente em projetos unitários, que respeitem as diversidades existentes na classe docente, mas que busquem sempre a resultante mais forte, que despertem as sinergias capazes de nortear o trabalho sindical no melhor sentido, que distingam sempre o essencial do acessório e que saibam que as grandes decisões só serão boas se democraticamente estabelecidas.

Tal como noutros domínios da vida em sociedade, não achamos que a democracia se resume a depositar um voto numa urna dentro da regularidade estabelecida.

Pelo contrário, a democracia alimenta-se da participação, da discussão coletiva e da capacidade de intervenção de cada um. Em permanência, seja nos órgãos colegiais de que o Sindicato dispõe, seja nas escolas, locais privilegiados da ação sindical.

O lema desta candidatura – **JUNTOS PARA UM SPN MAIS FORTE** – parte da considera-

ção de que estamos num momento fulcral e perante uma oportunidade única para, juntos, tornar o Sindicato dos Professores do Norte mais forte, para melhor enfrentarmos as dificuldades do presente e do futuro.

Esta lista resulta de um grande esforço de convergência, elegendo a diversidade e a união de esforços como alavanca para fortalecer a nossa organização sindical. Cientes das mudanças que se avizinham, temos de criar as condições para iniciar um processo de transição geracional, na próxima década.

PRINCÍPIOS DA AÇÃO SINDICAL

A defesa e valorização da Escola Pública no nosso país será o primeiro princípio orientador da ação sindical do SPN no próximo triênio.

Os ataques ao espaço insubstituível da Escola Pública na generalização de uma Educação de qualidade ao alcance de todos foram pedra de toque da maioria de direita que constituiu o anterior governo, provocando um retrocesso enorme no sistema educativo configurado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, e alimentaram toda uma lógica privatizadora que urge continuar a combater e derrotar.

O aparecimento de uma nova solução governativa, que já entrou no seu segundo ano de vigência, retraiu um pouco essa fúria neoliberal instalada e iniciou um caminho de reversão de algumas das medidas políticas adotadas, mas está ainda longe da

identificação de um pensamento político claro e suficientemente progressista para colocar o país na senda de um progresso social consistente e duradouro, assente numa Escola Democrática e de qualidade dirigida a todos os cidadãos.

A título ilustrativo das contradições que permanecem, veja-se o caso da definição do perfil do aluno no final da escolaridade obrigatória, sem dúvida emancipador e progressista, e das hesitações em democratizar a vida das nossas escolas e em encontrar instrumentos de gestão que possibilitem uma autonomia responsável sustentada na participação empenhada dos seus intervenientes.

Também no ensino superior essas contradições se fazem sentir. A opção por um regime fundacional corresponde a enveredar por um caminho para o qual as instituições têm estado a ser empurradas, por força de políticas que provocaram o seu subfinanciamento e impõem dificuldades ao exercício da autonomia em níveis adequados. É um caminho que, não obstante as afirmações em sentido contrário, abre portas para a sua privatização.

Este cenário de indefinições que resultam em alguma incerteza sobre o rumo a seguir não deixa de ser desafiante para um Sindicato que sempre pautou a sua postura por encarar os desafios de frente, ser propositivo e ativo, tendo definido desde o seu início um espectro amplo de sindicalismo, onde cabem, a par das preocupações socioprofissionais, preocupações culturais, ambientais, de género, entre outras, mas também a percepção clara de que tudo o que

respeita ao sistema educativo interessa aos professores e, como tal, merece a atenção, o acompanhamento, a ação e a luta da nossa direção sindical, nomeadamente no âmbito da Fenprof e da CGTP-IN.

Uma das atitudes que se vem notando por parte da atual equipa ministerial é de alguma desvalorização dos sindicatos, subalternizando-os por vezes face a outras organizações que atuam na área da educação (algumas apenas com vida nas redes sociais), e que pode ser entendida como intencionalmente desvalorizadora do papel dos sindicatos na construção de medidas políticas na educação.

A lista **JUNTOS PARA UM SPN MAIS FORTE** afirma convictamente que nunca tolerará tal intenção e sempre mobilizará os professores do Norte para que a sua voz seja ouvida e respeitada, no entendimento de que os sindicatos têm de continuar a ser um dos pilares mais fortes da nossa democracia.

O objetivo central de pugnarmos por uma Escola Pública de qualidade ao alcance de todos implica que saibamos identificar quais as transformações necessárias a realizar quer ao nível da escola que temos, quer ao nível da profissão que somos e que tem tantos aspetos a precisar de correções urgentes.

Partiremos de uma consigna central, simples de enunciar, mas muitíssimo exigente na sua concretização: o país precisa de uma escola bem mais democrática e de uma profissão docente bem mais dignificada.

Usaremos, como orientadores da nossa atividade mais próxima, os cinco eixos que

a Fenprof adotou ao abrir este ano letivo, e que se encontram em fase de desenvolvimento, reflexão partilhada e mobilização.

1. Em primeiro lugar, colocaremos o eixo de que a gestão democrática representa o aprofundamento da democracia na Escola Pública e a melhoria da qualidade na Educação, devendo o modelo assentar na elegibilidade dos seus órgãos e na colegialidade do seu funcionamento, na efetiva participação da comunidade escolar através das formas mais adequadas e na prevalência de critérios pedagógicos nas grandes decisões de direção. Acresce ainda que o processo em curso de descentralização por via da transferência de competências para as autarquias deve ser contrariado e levar a que essas responsabilidades pertençam, efetivamente, às escolas.

No ensino superior, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior já veio atingir o princípio da colegialidade das decisões ao atribuir todo o poder a órgãos unipessoais que tudo podem nomear e quase tudo decidem. O regime fundacional vem acentuar este pendor autocrático. Transformar as instituições públicas em fundações de direito privado ameaça o interesse público das suas missões e as condições para o exercício da liberdade académica dos seus docentes e investigadores.

2. Os outros eixos destinam-se à valorização da profissão, começando pela necessidade urgente de descongelamento das progressões nas carreiras, exigindo-se que esse descongelamento se faça no quadro dos estatutos (ECD, ECDU e ECPDESP), sem qualquer tipo de discriminação de docentes, designadamente em relação ao momento em que se retomarão as progressões.

No ensino superior, será também exigida a eliminação das restrições às valorizações salariais que impossibilitam que os professores sejam remunerados corretamente pela categoria a que ascendem por concurso e que os docentes obtenham o reconhecimento salarial resultante da sua avaliação de desempenho.

Defendemos ainda a abertura de negociações com vista à recuperação do tempo de serviço.

3. Um outro fator que alimenta decisivamente o crescente desgaste físico e psicológico que atinge os professores tem a ver com os horários de trabalho nos vários setores de ensino, hoje transformados em elemento configurador das várias formas de controlo sobre o desempenho profissional que diferentes tutelas seguem há vários anos.

No ensino superior (público e privado) é possível hoje constatar-se a existência de inúmeras situações de clara violação dos limites de cargas letivas e dos horários de trabalho.

A luta por voltar a situar a definição dos horários de trabalho no campo da regulação da atividade do professor na escola, no estrito respeito pelo estabelecido no estatuto de carreira, constituirá uma frente de trabalho importante na nossa ação futura.

4. A segurança no emprego devia constituir um direito natural a qualquer assalariado. Infelizmente, tal não acontece nos dias de hoje, graças ao dócil cumprimento da cartilha neoliberal que nos é imposta, que pretende usar e abusar da precariedade no emprego como forma de atingir os seus objetivos de lucro maximizado. O próprio Estado não escapa a esta onda, como também se pode ver no caso português. ME e MCTES são responsáveis por 2/3 das situações de

contratação precária a termo existente na Administração Pública.

No ensino superior, pôr fim à precariedade passa, desde logo, por exigir o cumprimento das regras definidas na lei (ECDU e ECPDESP) no que diz respeito ao número e à percentagem de professores de carreira nas diferentes instituições e exigir também que as instituições de uma forma clara se comprometam a abrir os concursos que assegurem progressivamente a satisfação das regras estabelecidas na lei.

A lista **JUNTOS PARA UM SPN MAIS FORTE** considera obsceno este comportamento e compromete-se perante os professores a tudo fazer no sentido de reverter de vez esta situação.

5. O último, que não o menos importante, destes cinco eixos consiste em conseguir impor a ideia de que a consagração de um regime especial de aposentação para os docentes não constituirá qualquer privilégio. Pelo contrário, trata-se apenas de fazer justiça, reconhecendo-se a evidência já apresentada por variadíssimos, e insuspeitos, estudos técnicos que apontam a profissão como de elevado desgaste. Se esta reivindicação sempre foi justa mais o será agora. Todos sabem, exceto os que o ignoram intencionalmente, que o desgaste a que os professores estão sujeitos está a ser violentamente aumentado por força das condições de trabalho, de horários que desrespeitam a natureza da profissão e de uma instabilidade que se arrasta por anos a fio. Acresce que o reconhecido envelhecimento do corpo docente, resultado de políticas que prolongam o exercício da profissão e dificultam a entrada de novas gerações, reforça, sobremaneira, a necessidade deste regime especial.

Porém, a atividade que teremos pela frente no próximo triénio poderá estar centrada nos eixos atrás enunciados, mas, seguramente, não se esgotará aí.

Continuaremos a seguir atentamente, a analisar criticamente e a pronunciarmo-nos ativamente sobre todas as orientações de política educativa emanadas dos órgãos de poder, nomeadamente pela nossa participação no seio da Fenprof, mesmo, ou até sobretudo, naqueles momentos em que tentam subalternizar a intervenção dos sindicatos.

Não deixaremos de continuar a dar atenção às questões culturais, ambientais, da paz, de género, de humanismo e de solidariedade com outros povos e nações, de intervenção nas relações internacionais entre sindicatos, nomeadamente nas ligações transfronteiriças, entre outros aspetos consonantes com a nossa forma de estar no sindicalismo e na sociedade.

ORGANIZAÇÃO SINDICAL

Relatórios recentes (entre eles o do Conselho Nacional de Educação), na caracterização que fazem do professorado português, sublinham a ideia, há muito presente na reflexão do SPN e da Fenprof, de que a profissão docente, em Portugal, atravessa um preocupante processo de envelhecimento.

Projetando no tempo alguns dos números, constatamos que quatro em cada dez professores estão na faixa etária dos 40 anos e mais de quatro, em cada dez, nos 50/60 anos, facto que terá como consequência inevitável a aposentação de mais de metade dos professores portugueses até ao final da próxima década.

O universo docente vai, pois, sofrer, nos próximos anos, uma mutação significativa.

Na profissão entrarão muitos novos professores, muitos dos quais, talvez, não tão novos quanto isso.

Que professores serão estes? Quais as suas ideias da e para a profissão? Qual o seu grau de formação e de 'engajamento' político? Que contratos, carreiras, horários de trabalho terão? A que contratos, carreiras, horários de trabalho aspirarão? Qual a distância entre o cenário com que se vão deparar e as suas expectativas?

Será numa nova geografia humana, com um universo docente diferente do atual, com que o SPN terá de trabalhar, contribuindo, com a sua ação, para a formação de uma consciência política docente que, embora com novas respostas e formas de intervir, mantenha e reforce a matriz e o património de intervenção sindical do SPN, da Fenprof e dos educadores, professores e investigadores portugueses, nos últimos cinquenta anos. A organização sindical desempenhará um papel fundamental neste processo, particularmente na adoção de medidas que assentem num sindicalismo ao serviço de um ideal transformador, adaptando a ação sindical ao tempo presente, aproveitando a experiência e o conhecimento, para projetar na formação dos quadros sindicais do futuro.

Com esse objetivo, a organização sindical deverá centrar-se em cinco grandes eixos.

1. INFORMAÇÃO

A informação é uma questão central no tempo presente. A diversidade de meios de circulação da informação, o critério diversificado dos professores no seu acesso e o reduzido tempo disponível que têm para o fazer obrigam a novas abordagens nesta área.

Não descurando a inovação, não podemos desaproveitar o que temos de qualidade, na produção de informação, quer do SPN quer da Fenprof, ao nível da utilização das tecnologias de informação e comunicação.

É necessário fazer conjugar o conteúdo político-sindical da mensagem que se pretende transmitir com a diversidade e inovação das formas que existem para o fazer. Para dar corpo a este propósito é necessário criar um departamento de informação, que coordene

a mensagem político-sindical, independentemente dos diversificados meios que se utilizem para chegar aos professores: a revista «SPN-Informação», os materiais em suporte de papel para afixar nos placards sindicais, a página eletrónica do Sindicato, o correio eletrónico dos sócios, os *post* e *meme* colocados em circulação nas redes sociais.

2. FORMAÇÃO

A formação sindical assume, igualmente, um papel importante num tempo em que a espuma dos dias contribui para formatar instantânea e superficialmente a opinião pública. Como organização sindical que somos, temos de assumir a formação dos nossos quadros, sejam eles dirigentes, delegados ou ativistas sindicais, como questão essencial e determinante para o futuro. Esta preocupação deve assentar na promoção de ações próprias, assim como estabelecer protocolos com centros de investigação de reconhecida competência nestas áreas, procurando, desse modo, estimular a análise crítica e autocrítica sobre a sociedade, o trabalho, o sindicalismo e as suas estruturas representativas.

Nesse sentido, são três os instrumentos que temos ao nosso dispor: «A Página da Educação», revista de reflexão do SPN sobre as questões educativas; as ações de formação, seminários e encontros que o departamento de formação desenvolve nas quinze delegações do SPN; a prática sindical através da ação sindical do dia-a-dia, participando e intervindo nas reuniões e iniciativas do SPN, da Fenprof, da CGTP e das Uniões de Sindicatos, dinamizando reuniões de escolas, contactando os professores nas escolas, levando a mensagem do Sindicato e assumindo o papel de porta-voz das preocupações e propostas dos professores.

3. APOIO AOS SÓCIOS

A área do apoio aos sócios assume, atualmente, uma importância acrescida, devido ao clima de conflitualidade nas escolas e de debilidade provocada pelo agravamento das condições de trabalho docente. Não sendo o Sindicato, nem o sindicalismo que defendemos, um mero prestador de serviços, não podemos deixar de responder às solicitações e pedidos de apoio solicitados pelos nossos associados.

Nestas circunstâncias, o departamento de contencioso tem uma importância fulcral, como são fundamentais a organização de um sólido pré-contencioso, o apoio direto aos sócios e a ligação entre os serviços centrais do SPN e as quinze delegações do Sindicato.

O aumento da litigância nos últimos anos provocou um aumento significativo no volume de trabalho do contencioso. No sentido de aliviar a pressão constante sobre a solicitação de apoio jurídico e procurando promover uma maior fluidez ao serviço – sem que os associados percam um interlocutor quando dele mais necessitam – é fundamental dotar o pré-contencioso de meios humanos, dirigentes e funcionários, que funcione articuladamente com o contencioso, passando a ser, de facto, o primeiro contacto do associado, quando este recorre ao aconselhamento ou ao apoio jurídico do SPN.

No apoio a sócios, tentando evitar a duplicação de serviços, importa distinguir o apoio presencial, da responsabilidade de cada uma das quinze delegações, do apoio que pode ser prestado através do correio eletrónico, que deve ser centralizado. Nesse sentido, propõe-se a consolidação de um serviço de e-apoio ao sócio, via e-mail, mas também redes sociais, que tenha ao seu dispor uma equipa que integre dirigentes e funcionários.

Quanto ao apoio presencial, cada uma das quinze delegações deverá procurar elaborar um horário que vá ao encontro do trabalho sindical, assim como ajustar-se às idiosincrasias de cada delegação e ao contexto em que se movimenta.

4. ORGANIZAÇÃO

O controlo regular da informação sobre a organização sindical é fundamental para a melhoria da nossa intervenção e ação sindical. Importa consolidar a recolha regular de informação, desde os dados sobre a sindicalização e dessindicalização, à rede de dirigentes e delegados, ao controlo de execução das iniciativas desenvolvidas e à execução orçamental.

Só com a recolha sistemática e regular desta informação e a sua disponibilização para análise das diversas estruturas de direção,

de delegados sindicais e assembleias gerais de sócios, será possível identificar problemas, perceber tendências e encontrar as respostas mais adequadas.

5. AÇÃO SINDICAL

A ação sindical é a principal área de intervenção. Compreende o trabalho desenvolvido pelos vários departamentos e setores, bem como a ligação às escolas e aos professores.

Nesta área, são objetivos de intervenção:

- Aprofundar o trabalho organizado dos setores – Educação Pré-escolar, 1.º CEB, 2.º/3.º CEB e Secundário, Educação Especial, Ensino Superior, Ensino Particular e Cooperativo, Ensino Profissional e Formação ao Longo da Vida, Aposentados – na reflexão sobre as questões específicas, articulando-as com o trabalho desenvolvido pela Fenprof, projetando-as nas escolas.
- Privilegiar as reuniões de escola / agrupamento, diversificando e adequando o número de reuniões e os seus formatos às características do local.

Cada dirigente, independentemente das responsabilidades que tenha, deverá procurar assumir a ligação ao seu agrupamento, como tarefa fundamental. A existência em cada agrupamento de pelo menos um rosto do Sindicato representa um dos mais importantes meios de ligação às escolas e aos professores, pelo que o alargamento da rede de delegados sindicais, que cubra o maior número possível de escolas e de agrupamentos, deverá ser um imperativo fundamental da nossa atividade sindical.

Reforçando a organização e aprofundando a articulação com a Fenprof, ficaremos em condições de aproveitar a força que a diversidade deste esforço de convergência traz à candidatura **JUNTOS PARA UM SPN MAIS FORTE** para prestigiar o SPN e fortalecer a sua intervenção em defesa da Educação e dos professores do Norte.

Porto, maio de 2017